

# **Geografias das lutas por direitos no distrito do Grajaú-SP: o caso do movimento social “Nós da Sul”<sup>1</sup>.**

**Cloves Alexandre de Castro**

Instituto Federal Catarinense (IFC) campus-Blumenau, SC, Brasil.  
cloves.castro@ifc.edu.br

## **Resumo**

A proposta deste estudo foi a de investigar os movimentos sociais do extremo Sul da cidade de São Paulo, que se articularam em torno da rede de movimentos sociais “Nós da Sul”, na conjuntura das chamadas “jornadas de junho”. Trata-se de uma rede de movimentos que abrigam e articulam as lutas por moradia, educação, saúde e transportes em uma das regiões mais populosas e esquecidas da metrópole paulista. O esforço do presente trabalho foi o de fazer uma análise geográfica desses movimentos sociais seja por meio dos espaços e territórios que eles produzem, como também, na condição do próprio movimento social, como categoria geográfica. Durante todo o trabalho, procuramos articular o nosso objeto de pesquisa, suas demandas e lutas à conjuntura política brasileira.

**Palavras chaves:** Geografia; movimentos sociais; redes de movimentos sociais; direito à cidade.

## **Geography of the struggles for rights in the district of Grajaú-SP: the case of the social movement "Nós da Sul"**

### **Abstract**

The proposal of this study was to investigate social movements in the extreme south of the city of São Paulo, which were articulated around the network of social movements "Nós da Sul", in the juncture of the so-called "June days". It is a network of movements that shelter and articulate struggles for housing, education, health and transport in one of the most numerous and warm regions of the metropolis of São Paulo. The effort of the present work was to make a geographical analysis of these social movements either through the spaces and territories they produce, as well as in the condition of the social movement itself, as a geographical category. Throughout the work, we seek to articulate our search object, its demands and struggles to the Brazilian political conjuncture.

**Keywords:** Geography; social movements; networks of social movements; right to city.

## **Geografía de las luchas por derechos en el distrito de Grajaú-SP: el caso del movimiento social “Nós da Sul”**

### **Resumen**

La propuesta de este estudio fue la de investigar los movimientos sociales del extremo Sur de la ciudad de São Paulo, que se articularon entorno de la red de movimientos sociales “Nós da Sul”, en la coyuntura de las llamadas “jornadas de junio”. Se trata de una red de

---

<sup>1</sup> O presente artigo resulta da pesquisa realizada em estágio de Pós-doutorado realizado no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de São Paulo, sob a supervisão da Professora Dra. Marta Inêz de Medeiros Marques. O estágio foi financiado pelo Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD-CAPES).

movimientos que albergan y articulan las luchas por vivienda, educación, salud y transportes en una de las regiones más numerosas y cálidas de la metrópolis paulista. El esfuerzo del presente trabajo fue el de hacer un análisis geográfico de esos movimientos sociales sea por medio de los espacios y territorios que ellos producen, como también, en la condición del propio movimiento social, como categoría geográfica. Durante todo el trabajo, buscamos articular nuestro objeto de búsqueda, sus demandas y luchas a la coyuntura política brasileña.

## Introdução

Este artigo é parte de pesquisa realizada em estágio de Pós-doutorado desenvolvido no Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo<sup>2</sup>. Ele é composto por reflexões teórico-política, por meio do cabedal geográfico acerca das lutas pelo direito à cidade, desencadeadas pela Rede de Movimentos Sociais “Nós da Sul” a qual operam sob a sua órbita movimentos de lutas por moradia, acesso à educação, democratização do acesso ao ensino superior, saúde, transportes, cultura e etc.

As linhas que seguem procuram abordar de forma integrada à conjuntura política nacional às lutas sociais nos bairros do Grajaú e Parelheiros, zona Sul de São Paulo, e as reflexões teóricas geográficas acerca do desenrolar dessas lutas, da conjuntura atual no país e da reflexão espacial acerca dos movimentos sociais.

O nosso ponto de partida é que todas as experiências sociais são resultantes de processos acumulativos e contraditórios e a realidade geográfica é a síntese espacial desses processos. Ao refletir sobre o campo dos movimentos sociais a compreensão que nos orienta é a de fenômenos socioespaciais, portanto geográfico, com motivações de classes, culturais, gênero, trabalho, territorial, direitos diversos que podem ou não estarem relacionados à motivação primeira, ou seja, a de classe social, mesmo quando protagonistas e analistas dos movimentos sociais não enxergarem tais relações.

Para nós que vemos de forma indissociável as relações estabelecidas no campo da produção social e do espaço da reprodução social, apesar de os espaços da produção e da reprodução serem distintos, tais relações entre eles são como uma amalgama que consolida uma estrutura social de classe e os espaços determinados a partir das relações desiguais estruturadas nessa relação social. Posto isso, as motivações constituintes do movimento social “Nós da Sul” estão grafadas nas rugosidades espaciais e temporais das lutas por direitos e resistências das classes populares brasileiras, expressas nas experiências de luta e resistência atuais, cujo acúmulo é oriundo desde as experiências de lutas sociais que fortaleceram a queda do regime autoritário e disputaram a constituição de 1988. São partes do curto e precário modelo de “estado de bem estar social brasileiro”, demarcado no período da social democracia do governo de coalização em torno do Partido dos Trabalhadores,

---

<sup>2</sup> Bolsa CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior, por meio do Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD).

derrubada por meio de recente/permanente golpe de Estado no ano de 2016.

### **As Jornadas de Junho de 2013 e a emergência de novos sujeitos sociais no extremo Sul da cidade de São Paulo**

A mobilização social desencadeada sob a liderança do Movimento Passe Livre (MPL) contra os aumentos abusivos das passagens dos transportes coletivos, iniciadas em São Paulo e em pouco tempo espalhadas por todo o país, caracterizadas como “as Jornadas de Junho de 2013”, representaram um novo espaço-tempo na conjuntura política nacional brasileira, intimamente associada à espacialidade, no território brasileiro, da crise atual do capitalismo financeiro iniciada no ano de 2008 a partir da crise do mercado imobiliário dos Estados Unidos da América (EUA).

As “Jornadas de Junho” também representaram o marco no que tange às novas fases e faces das lutas dos movimentos sociais urbanos que emergiram nesse processo territorializando-se no espaço/tempo da reprodução social por meio das potencialidades acumuladas em meio às ações espontâneas de ocupações urbanas para fins de moradias populares, diretamente associadas à luta pela vida em um cenário o qual já se fazia presente as consequências da atual crise econômica internacional no custo de vida dos trabalhadores por meio do aumento dos aluguéis e do custo de vida em geral.

E por fim, as “Jornadas de Junho” demarcaram a radicalização e a conflitualidade na sociedade brasileira no que se refere à disputa por projetos distintos de sociedade expressos na polarização das eleições gerais de 2014 e na unidade dos setores produtivos e midiáticos em torno do projeto de Estado mínimo. Tal unidade associada a equívocos na análise da conjuntura no interior do campo progressista, consolidou a ruptura da normalidade democrática no país por meio das próprias instituições cujas tarefas constitucionais são a de serem as guardiãs dessas normas, ou seja: o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal.

Esse emaranhado de eventos aponta para uma geografia política nova no Brasil e pretendemos compreendê-la sob as ações e perspectivas dos movimentos sociais que se articulam na esfera da rede de movimentos que compõe o movimento social de luta por moradia “Nós da Sul”.

O MPL é um movimento social autônomo, apartidário, horizontal e independente. Ele se organiza por um transporte público gratuito e fora da iniciativa privada para o conjunto da população. Apesar de ter surgido enquanto movimento em Janeiro de 2005, a campanha por passe livre existe desde 1999 na cidade de Florianópolis-SC, e o pioneirismo deste debate no Brasil foi a partir da proposta de tarifa zero na gestão municipal da cidade de São Paulo durante o governo Luiza Erundina, cujo secretário de transportes era o economista

Paulo Sandroni (MPL, 2013).

Amparada pela norma constitucional que orienta a progressividade dos impostos, a proposta da tarifa zero foi a de instituir uma alíquota progressiva na cobrança do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) levando em consideração a área do imóvel, a destinação do uso e a sua localização. A progressividade do imposto iria permitir um grande número de isentos e ao mesmo tempo taxaria os grandes proprietários urbanos o suficiente para custear o transporte público e gratuito para toda a população. Tratou-se de um esforço de se fazer justiça social por meio de uma política tributária amparada em norma constitucional.

Esse intuito foi bombardeado pelos meios de comunicação, na Câmara dos Vereadores e até mesmo por parcela significativa da população que seria beneficiada tanto pela isenção do IPTU como pela catraca livre no transporte coletivo, mas foi precursor das disputas por uma vida “sem catracas” inserida na sociedade brasileira, que emergiu com força em Maio de 2013 quando vários prefeitos de capitais e cidades médias aumentaram os preços dos transportes públicos no momento em que as consequências da crise mundial já afetavam o custo de vida da classe trabalhadora brasileira, principalmente o estrato mais sofrido dessa classe social.

O fato de que a principal referência de governo municipal do campo progressista não ter se disposto a dialogar com o MPL e a compreender que a agenda do aumento das tarifas era inviável para os tempos que se anunciavam no que tange à questão econômica do/no país, alimentou também as bases estruturais da crise e ruptura institucional que estamos experimentando na atualidade. Trata-se, pois, da inabilidade para o diálogo expressada, naquele momento, pelo então prefeito da capital paulista, Fernando Haddad<sup>3</sup>.

É fato ter havido um momento em que o MPL perdeu o comando das manifestações exatamente quando os meios de comunicação convencionais e corporativos passaram a disputá-la por meio da mudança radical das suas pautas e edições de seus jornais, as quais negavam na forma e no conteúdo as edições anteriores ao massacre do dia 13 de Junho de 2013 na cidade de São Paulo, protagonizado pela tropa de choque da polícia militar. A mudança se deu por causa da comoção da opinião pública frente a desproporcional violência utilizada pelo aparelho de Estado contra uma população hegemonicamente jovem e cuja pauta coberta de legitimidade a qual abrangia os interesses de toda a população metropolitana.

No entanto, as manifestações posteriores ao a do dia 13 de Junho foram marcadas por uma heterogeneidade cada vez maior, ao ponto de o MPL perder o comando do movimento e não ter sido capaz de manter a condução política que até aquele momento

---

<sup>3</sup> O então prefeito pactuou com o governador do estado para não negociarem a revogação da tarifa. Só negociaram depois da comoção nacional frente ao massacre contra a manifestação convocada pelo MPL no dia 13/06/2013. Diante a comoção nacional, Prefeito da capital e Governador do estado anunciaram no Palácio dos Bandeirantes a revogação dos aumentos das tarifas de ônibus metrô e trem.

havia sido muito bem encaminhada, ao ponto de emergirem nessas manifestações práticas de intolerâncias acerca das representações simbólicas de partidos e alegorias progressistas e de esquerda<sup>4</sup>. Naquele momento se conquistou uma vitória pontual no que tange ao fator mobilizador das manifestações, a saber, a resistência aos aumentos das tarifas, mas se alimentou uma derrota política a partir do fortalecimento de grupos conservadores que se fizeram cada vez mais protagonistas até a derrubada da presidenta da república e ao apoio autoritário (por ser por meio da violência) às medidas do atual governo sobre a reforma do ensino médio e o congelamento dos investimentos públicos por 20 anos em áreas essenciais para o desenvolvimento do país.

Ao sair do cenário nacional após as “Jornadas de Junho”, o MPL, por meio de muitos dos seus sujeitos que já se articulavam em diversas frentes que constituem diferenciados movimentos sociais com pautas plurais fundamentais e que dialogam entre si quando se pensa na perspectiva do direito à cidade, deslocaram as lutas para os espaços sociais da reprodução da vida cotidiana, as quais são expressas no território das contradições produzidas nos espaços da produção por meio da divisão social do trabalho, pois, o lugar ocupado nas divisões sociais e territoriais do trabalho determinam os lugares das classes sociais na cidade e no campo, a intensidade da polarização da região no país e o protagonismo do país na sua relação com a região e com o mundo (SANTOS, 2002, p. 111).

Nesse sentido, a ação dos atores e sujeitos do movimento “Nós da Sul” no extremo Sul da cidade de São Paulo é contra um fenômeno estrutural secular da geografia e da história do país que se constituiu por meio de uma estrutura fundiária concentradora formada no campo e que avançou para as cidades com a dinâmica da urbanização, mas sem alterar tal relação no campo e transferindo muita dessas relações inalteradas do campo para a cidade, principalmente no que tange à posse da terra e os seus usos. Tal estrutura teve como elementos estruturantes o trabalho escravo e a monocultura visando o mercado externo (a qual ainda prevalece nos dias atuais). As expressões atuais da experiência colonial escravocrata do Brasil são a geografia da insegurança alimentar no país e a baixa remuneração da maior parte dos trabalhadores, o subemprego/trabalho precário e os inempregáveis.

### **Nós da Sul, resultado e expressão de múltiplos movimentos e demandas sociais.**

O Movimento “Nós da Sul” é parte de um processo recente da luta por direitos na

---

<sup>4</sup> O autor deste artigo esteve protagonista na condição de ator social desse processo e tem alimentado oralmente essa tese desde aquele momento.

cidade de São Paulo por ter surgido enquanto movimento na esteira das Jornadas de Junho de 2013. Por outro lado também é parte de acúmulos de lutas e resistências que marcaram a história do Brasil desde o primórdio colonial, pois têm como pauta demandas historicamente negadas pela hegemonia de classe brasileira. Ele é composto por uma rede de movimentos sociais de luta por direitos que atuam no Distrito do Grajaú, extremo Sul da cidade de São Paulo, e também a compõe em relação dialética e dialógica, pois é comum encontrarmos militantes e ativistas que atuam em diversos movimentos e o dialogo entre os movimentos a partir da mobilidade dos atores articulam os movimentos em rede cuja característica não é apenas a circulação das pautas, ideias e estratégias, mas também o papel ativo de vários atores atuando em praticamente todos os movimentos. Essa é uma das características dos movimentos sociais atuais que se firmaram como expressões de continuidades de experiências pretéritas das lutas sociais no Brasil (SADER, 1988, p. 44).

De acordo com Sobreiro (2013, p.12) as redes não são apenas resultados da materialidade ou da imaterialidade, mas fundamentalmente, parte de relações histórica-geográfica constantes e indissociáveis, impregnadas de conflitualidades e intencionalidades, contradições e se consolida de modo mais eficaz na medida em que os lugares, sujeitos, atores e movimentos sociais acumulam mais e melhores informações fundamentais para realizarem as suas agendas.

Os movimentos sociais que operam as lutas por direitos no Distrito do Grajaú e que orbitam em torno da Rede de Movimentos que compõem o Movimento “Nós da Sul”, alimentam e por ele são alimentados são fundamentalmente três e estão intimamente relacionados: 1- A “Rede Emancipa de Cursinhos Populares” e a ascensão do movimento secundarista contra a reorganização das escolas e por investigação no caso da corrupção nos contratos da merenda escolar; 2 – As ocupações “Plínio Resiste” e “Novo Recanto”; 3 – A luta por mobilidade urbana ascendida com as chamadas jornadas de Julho de 2013 e que na região do Grajaú se estendeu em diversas ocupações espontâneas de áreas urbanas objeto da especulação imobiliária, e, na ocupação dos espaços de representações em Conselhos de saúde, escola e tutelar.

A Rede Emancipa de Cursinhos Populares começou a se organizar no extremo Sul da cidade de São Paulo quando professores e militantes ligados à Rede e ao Partido Socialismo e Liberdade<sup>5</sup> (PSOL) organizaram o Cursinho Wladimir Hezorg na Escola Estadual Professor Carlos Ayres, ao lado do terminal Grajaú, na Avenida Belmira Marin, no ano de 2012. A prática dos Cursinhos Populares é a de concentrar as suas atividades de formação apenas em um dia do final de semana, quando se aborda as disciplinas exigidas no exame vestibular e se faz debates sobre as exclusões sociais e suas determinações, tal

---

<sup>5</sup> Esses militantes do PSOL se articulam no interior do partido por meio da tendência “Movimento Esquerda Socialista” (MES) e do movimento de juventude “Juntos”.

como o exame vestibular, considerado um freio para as classes menos favorecidas no acesso a esse nível de ensino em função da falta de vagas, estruturas e investimentos no ensino público superior.

Os estudantes são majoritariamente jovens trabalhadores e em busca de trabalho, mas também trabalhadores de todas as idades e possuem apenas os finais de semana para se dedicarem a essa atividade de formação que tem como método o desvelamento das experiências de privações vividas no cotidiano do bairro, na mobilidade para o trabalho, na precariedade da moradia e nos preços acintosos dos aluguéis.

Nesse processo de perceber na vida cotidiana aplicações e compreensões das disciplinas escolares, muitos se descobrem classes sociais ao perceberem as determinantes das suas experiências cotidianas de exclusão e compreenderem que suas realidades podem mudar por meio de ações coletivas visando conquistar interesses coletivos de classe (THOMPSON, 1987, p.10). Dessa forma o movimento elabora e reelabora cotidianamente a sua pedagogia de formação de atores e sujeitos sociais para ações coletivas de práticas educativas e de conquistas de direitos sociais.

Foi nesse contexto que alimentados pelo clima de indignação das Jornadas de Junho de 2013 que insurgem com força na região do Grajaú uma série de ocupações espontâneas para fins de moradia, frente aos exorbitantes preços dos aluguéis. Diante desse fenômeno regional no espaço urbano da cidade, resultado de uma conjuntura específica de luta por transportes e que gerou revoltas em inúmeros espaços periféricos no urbano em São Paulo (HARVEY, 2013), os ativistas da Rede Emancipa se lançaram ao diálogo com aqueles novos sujeitos a fim de expressarem solidariedade e contribuir na organização da luta e articular ações coletivas de luta e resistência em defesa de melhores condições de vida na região do Grajaú, pois ao organizar um movimento de educação em bairros de periferia acaba-se catalisando outras demandas do campo dos direitos sociais a serem conquistadas, como já apontado em (CASTRO, 2011).

A ideia de afirmar o extremo Sul da cidade de São Paulo como nome do movimento, nas bandeiras e cartazes foi uma forma de afirmar-se enquanto organização territorial numa região historicamente esquecida no que tange às estruturas urbanas de uso público e que articula lutas que tem como pautas a conquista do território em uma região que concentra os mananciais que abastecem parte significativa da região metropolitana de São Paulo e outras imensas áreas desocupadas acumulando valor por meio da prática da especulação imobiliária. Assim, a luta por moradia, mas também por estruturas do/no espaço geográfico como saúde, educação, transportes, lazer e etc, articulou em rede movimentos e ativismos de lutas por direitos diversos e que não se limitam apenas a posse do território para fim de moradia, mas também pelo direito ao uso das estruturas do espaço geográfico, o que implica em saúde, educação, transporte, lazer de qualidades.

É por isso que compreendemos esses movimentos sociais como movimento socioterritorial e ao mesmo tempo socioespacial, conceitos chaves para pensar ações dos movimentos sociais no/por espaços e os próprios movimentos sociais como categorias espaciais, pois em nossa concepção são movimentos socioterritoriais aqueles movimentos que lutam por dimensões do espaço geográfico enquanto alternativa última de luta pelo espaço da vida (FERNANDES, 2005). Os movimentos socioespaciais são aqueles que lutam pelas estruturas do espaço geográfico que permitam o acesso às condições de reprodução da vida com a qualidade mínima que nos preparam para a própria reprodução do ser social para o mundo do trabalho. Os movimentos socioespaciais são territoriais quando suas origens e as ações pelas estruturas do espaço geográfico estão territorializadas em parte específica da cidade, apesar de que a espacialidade dessas demandas e lutas encampadas possa ultrapassar a todas as escalas geográficas.

Em suas trajetórias de lutas e resistências os movimentos sociais desencadeiam processos geográficos de espacialização e territorialização. O primeiro, de acordo com Fernandes (2000) implica na exposição do movimento e de suas pautas e se realiza quando o movimento externaliza para a sociedade a sua existência por meio de suas mobilizações de rua, da exibição de sua bandeira, camisetas ou cartazes, quando paralisa uma via pública ou ocupa prédios da administração pública, sempre objetivando evidenciar os seus movimentos e ações de modo a pressionar os poderes constituídos a realizarem a pauta do Movimento. O segundo implica no sentido geográfico dos movimentos no que tange às suas pautas e relações com o território. Há movimentos territoriais que não tem como pauta o território por lutar apenas por estruturas locais do espaço geográfico, mas estão fincados em um território que lhe deu sentido e identidade. É o caso da Rede Emancipa que se territorializa nas escolas públicas da periferia e catalisa uma série de lutas locais que nem sempre estão relacionadas à conquista de um território, como também é o caso dos movimentos de cultura em suas mais variadas nuances, centralizados nos Pontos de Culturas e Espaços Culturais territorializados em lugares diversos das periferias das cidades brasileiras.

A simples relação com o território não faz de um movimento socioterritorial, mas fundamentalmente as pautas que lhes dão sentido. O movimento se territorializa quando conquista o que é o sentido da sua existência enquanto movimento, ou seja, o território em disputa. Quando perde este território ele é desterritorializado e ao conquistar outro território, ocorre a reterritorialização. Essas múltiplas dimensões espaciais inerentes aos movimentos implicam nas espacialidades dos movimentos sociais.

No entanto há outros movimentos territoriais que afirmam a especificidade de um território, lutam tanto pelo território como por estruturas do espaço geográfico e são territoriais por estarem fincados no território e nele nutrem uma relação de identidade



socioterritoriais e socioespaciais, tal como o movimento “Nós da Sul”, pois ao lutar pela conquista da moradia, luta pela posse do território e ao mesmo tempo pelas estruturas do espaço geográfico no âmbito do espaço urbano. Lutam pelo direito à vida urbana, concebido como o espectro da liberdade da cidade que extrapola o direito fundamental de uso ao que já existe. Para Harvey (2013. p. 28), “[...] é o direito de mudar a cidade mais de acordo com o desejo de nossos corações”.

Articulando-se por meio do Cursinho Vladimir Herzog da Rede Emancipa de Cursinhos Populares, acolhido na escola estadual Carlos Ayres, ao lado do terminal Grajaú, alguns atores sociais desempenharam papéis fundamentais no diálogo com aquelas ocupações massivas e explosivas que surgiram na esteira das Jornadas de Junho e perceberam logo de início que aquelas ocupações não tinham a intensão do diálogo, da disputa com o poder público e nem a percepção da necessidade de se construir tal processo para a conquista do território e a organização do espaço de modo que favorecesse aos interesses dos que vivem na periferia.

A entrevista com o professor de história da prefeitura municipal de São Paulo, ativista dos movimentos populares, fundador da Rede Emancipa de Cursinhos Populares, do Movimento “Nós da Sul” e coordenador das ocupações “Plínio Resiste” e “Novo Recanto”, revela a multiplicidade de movimentos sociais que atuam e se organizam juntos e em torno de várias pautas da periferia, como as lutas por moradia, acesso ao ensino superior por meio da organização de cursinhos populares, transportes através do movimento “Passe Livre”, saúde, contra o fechamento do Hospital Grajaú, além da organização para a ocupação de espaços institucionais como o Conselho Tutelar, Conselhos de saúde e das escolas onde os filhos estudam.

De acordo com o professor Bruno Magalhães, um dos fundadores da Rede Emancipa e do movimento “Nós da Sul”, eles, protagonistas das ocupações explosivas que emergiram na esteira das Jornadas de Junho, defendiam a perspectiva da abertura de zonas “livres” nas próprias ocupações enquanto a “[...] nossa ideia era que a ocupação era uma ferramenta prática, mas também simbólica para buscar um enfrentamento com o Estado para que o Estado cumprisse suas tarefas básicas, né<sup>6</sup>?”. Segundo o professor, “[...] aquelas ocupações espontâneas tinham como pauta única a conquista da moradia seja por meio da moradia popular digna, seja ela por ocupação desordenada de qualquer área. A gente conseguiu qualificar esse debate para fazer uma discussão mais ampla em relação à cidade<sup>7</sup>”.

Fica claro no depoimento acima a intencionalidade dos sujeitos sociais. De um lado e de forma espontânea e desarticulada procurou-se a qualquer custo resolver uma questão

---

<sup>6</sup> Entrevista concedida ao autor em 14/04/2016.

<sup>7</sup> *Ibidem*.

imediate que é a da moradia e que frequentemente, tal forma de resolução, direciona-se a processos de expansão urbana que já conhecemos e que são comuns nas cidades brasileiras. De outro lado, uma ação mais qualificada que objetivava intervir no território como um todo, propondo iniciativas que de fato poderiam mudar a realidade imediata das pessoas por meio de uma intencionalidade que representa a opção histórica assumida por sujeitos coletivos e que determina o caminho e a defesa de suas ações políticas e modelo de desenvolvimento que mais se aproxima da equidade, pois se trata da opção pela classe social que vive da venda do próprio trabalho (SEARLE, 2002).

No nosso modo de ver é esta dimensão territorial da ação dos movimentos sociais, seja no que tange a ação pela posse do território como condição essencial de vida para o indivíduo, seja a ação pelas estruturas do espaço para a sua reprodução, que vão contribuir para que a luta pelos significados do direito à cidade se consolidem em uma sociedade cuja herança escravista e colonial encontram-se tão presente e que faz atual os dizeres de Joaquim Nabuco nos meados do Século XIX e resgatado por Luiz Felipe de Alencastro (2001): “[...] não basta acabar com a escravidão, é preciso destruir a sua obra”.

## **O direito à cidade no discurso e na prática dos movimentos sociais**

Apesar de o direito à cidade estar historicamente presente na pauta de lutas e resistências nas geografias e histórias das classes trabalhadoras do Brasil, o momento atual se diferencia dos anteriores no sentido de que as lutas por direitos têm se constituído de forma a aglutinar o conjunto das demandas sociais que ao serem realizadas constituiriam o direito à cidade, que na acepção de Henri Lefèbvre (2001, p. 143) trata-se de direitos que

[...] Mudariam a realidade se entrassem para a prática social: direito ao trabalho, à instrução, à educação, à saúde, à habitação, aos lazeres, à vida. Entre esses direitos em formação figura o direito à cidade (não à cidade arcaica mas à vida urbana, à centralidade renovada, aos locais de encontro e trocas, aos ritmos de vida e emprego do tempo que permitem o uso pleno e inteiro desses momentos e locais, etc.). A proclamação e a realização da vida urbana como o reino do uso (da troca e do encontro separado do valor de troca) exigem o domínio do econômico (do valor de troca, do mercado e da mercadoria) e por conseguinte se inscrevem nas perspectivas da revolução sob a hegemonia da classe operária”.

Nesse sentido Lefèbvre situa o direito à cidade como forma superior dos direitos e aponta como caminho para atingi-los a revolução sob a hegemonia da classe operária que por meio da revolução urbana constituir-se-á uma nova vida urbana cuja centralidade deverá ser a do domínio do valor de uso ao contrário do domínio atual do econômico caracterizado pela hegemonia do valor de troca. Mas qual é a classe operária que Lefèbvre situa como

agente da revolução nas décadas de 1960 e 1970 e quais são as continuidades e descontinuidades comparadas à classe que hoje vive do trabalho e as semelhanças com a que Marx no século XIX apontou pela primeira vez na história da crítica ao capitalismo como agente de uma revolução socialista?

No que se refere aos espaços da produção o operário protagonista da conquista do direito à cidade de Lefèbvre mais se aproxima da classe trabalhadora que estimulou a Marx e Engels na crítica ao capitalismo no século XIX, fundamentalmente por ainda estarem hegemonicamente presentes no chão da fábrica e próximos à organização taylorista e fordista do trabalho. Mesmo diante das diferentes condições de trabalho e qualidade de vida que separam as gerações em que viveram Marx e Lefèbvre, no que tange às condições de trabalho, salubridade e qualidade de vida, a classe trabalhadora do tempo pensado pelo intelectual francês em tela aproxima-se mais ao espaço-tempo atual, principalmente quando se tratam das sociedades que degustaram as modernidades do avanço dos meios técnicos na produção e as experiências do welfare states, produzidas pelo capitalismo de Estado keynesiano, que se fez hegemônico no centro do capitalismo no pós-Segunda Guerra até a emergência da ordem neoliberal.

Faltou, entretanto, deixar claro o porquê o operário agente do direito à cidade se difere da classe trabalhadora que lhe é mais próxima temporalmente. Ora, fundamentalmente porque é no momento contemporâneo desse pensamento que se efetiva na prática mudança radical na estrutura produtiva que em pouco tempo vai enterrar as formas de produção que alimentaram as duas primeiras revoluções industriais e produzir uma nova classe operária ou uma nova classe trabalhadora que corre o risco de retornar a níveis de exploração semelhantes ao da primeira revolução industrial, sem nenhum direito trabalhista que nos proteja (FORRESTER, 1997).

Além desse retrocesso de direitos que aponta para a precarização do trabalho ao nível das experiências da classe trabalhadora inglesa no início do século XIX, narrada por Friedrich Engels em “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra”, o aumento do mercado industrial de reserva e dos chamados inempregáveis. As denúncias desses tempos duros para a atual classe trabalhadora já havia sido feita por Viviane Forrester em seu “O horror econômico”, quando nos alertou que a financeirização, atual fase do capitalismo, tem como tendência transformar aqueles que durante dois séculos produziram mercadorias descartáveis para alimentar o sistema, hoje se figura entre as mercadorias descartáveis por não mais serem essenciais no processo de reprodução do capital (*Ibidem*).

Essa realidade socioeconômica agindo sobre uma sociedade como a brasileira cujas experiências de estado de bem estar social figura como esboço da experiência do ocidente europeu, seja no que se refere ao tempo/permanência (2003-2016), como a extensão e a qualidade dos direitos, produz decerto focos de convulsão e resistência sociais

que podem se constituírem movimentos sociais de luta e resistência em uma conjuntura a qual os instrumentos tradicionais de organização das classes trabalhadores das fases anteriores de acumulação do modo de produção capitalista, como os sindicatos, não mais operam com a eficaz e confiança de classe de outrora. Dessa forma, ao que nos parece, não tem partido das agências de representação do trabalho as ações de defesa do trabalho e emprego no Brasil atual e sim dos movimentos sociais por moradia, reforma agrária e outras pautas que compõem o direito à cidade, sob as lideranças do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

A primeira ocupação do movimento “Nós da Sul”, denominada de “Plínio de Arruda Sampaio”, justa homenagem ao então militante progressista e posteriormente de esquerda, que atuou no cenário político brasileiro desde a década de 1950. Essa ocupação ocorreu em 26 de Julho de 2014, na Rua Agenor Klaussner, 190, Jardim Cocaia, Distrito do Grajaú e é considerada uma das expressões territoriais do movimento por direitos “Nós da Sul”. Inicialmente com 200 famílias para manter o controle da ocupação, essa comunidade teve a tarefa de pautar as regras da ocupação e do movimento, pois em uma ocupação urbana na periferia é inevitável ter de lidar com uma série de fatores que são próprios da dinâmica da periferia como: o crime organizado, a polícia, as seguranças privadas, as igrejas, os proprietários, enfim, toda a gama de setores organizados da sociedade que existe e operam na periferia.

De acordo com o professor Bruno Magalhães<sup>8</sup>, fazer uma ocupação com poucas famílias foi uma estratégia para manter o controle e o diálogo com o poder público, até por estarem inseridos na região do Grajaú e Parelheiros que são áreas de mananciais que formam boa parte da hidrografia da cidade e se faz necessário exercer sempre essa relação com a questão ambiental.

Em 14 de Julho de 2015 a “Plínio de Arruda Sampaio” foi desterritorializada por meio do cumprimento de reintegração de posse e no dia 25 do mesmo mês, o movimento ocupou uma área de 30.000 metros quadrados, na Rua Luiz Rotta, 28, na Vila São José, região da Capela do Socorro, Distrito do Grajaú, constituindo a ocupação “Plínio Resiste”.

No Plano Diretor da cidade de São Paulo, o espaço em que se territorializou o “Nós da Sul” por meio da ocupação Plínio Resiste, trata-se de uma área de ZEIS (Zona Especial de Interesse Social) e com Declaração de Utilidade Pública (DUP) de 2014 para fins de moradia popular para populações que habitam áreas de riscos. Essa ocupação chegou a ter 300 famílias morando e possuía um cadastro com 687 famílias. Em 29 de Março de 2016, sofreu despejo em função do mandado de reintegração de posse em cumprimento a ação judicial.

---

<sup>8</sup> Entrevista concedida ao autor em 14/04/2016.

Até o momento em que se efetivou o despejo havia avançado processo de negociação com a Secretaria de Habitação do Município de São Paulo (SEHAB), com o objetivo de compra do terreno para fins de moradia popular no Programa “Minha Casa, Minha Vida Entidades”, do governo federal. Tal intencionalidade foi externada em reuniões na SEHAB nos dias 23/02/2016, 01/03/2016 e em 22/03/2016. Ficou acordado que na área ocupada seriam disponibilizadas 300 unidades do programa “Minha Casa Minha Vida Entidades” para a ocupação “Plínio Resiste” do movimento “Nós da Sul”.

No entanto, os ventos da conjuntura política nacional não foram favoráveis aos movimentos sociais, particularmente aos que lutam por moradias. Foi ao programa “Minha Casa, Minha Vida” a primeira agressão das ações do então governo provisório que tem atacado todas as políticas sociais que visam minimizar as desigualdades sociais no Brasil. Em 19 de Maio de 2016, o ainda provisório governo Temer abandonou a meta de 2 milhões de moradias no “Minha Casa, Minha Vida” até o final de 2018, e mais recentemente, eliminou as faixas 1 e 2 do programa, que atendiam famílias com rendas mensais respectivamente de até 1.800 reais e até 3.600 reais.

Após a reintegração de posse os moradores da ocupação “PlínioResiste” foram acolhidos, solidariamente, pelos moradores da ocupação “Novo Recanto”, em Parelheiros, que também se organizam em torno do movimento “Nós da Sul”. Na madrugada do dia 14 de Maio de 2016, o movimento ocupou uma área de 69.000 metros quadrados, no Distrito do Grajaú, dando origem à ocupação “Democracia Real”. No entanto, no mesmo dia foram desterritorializados pela polícia militar fortemente armada, sem mandado judicial e expressando nas ações de violências contra os pobres e o movimento popular, o significado autoritário da conjuntura política que a sociedade brasileira tem experimentado com o golpe institucional promovido por grupos que constituem a hegemonia política e cultural que comanda o Estado brasileiro. No dia 19 de Outubro de 2016 foi a vez da ocupação Novo Recanto, em Parelheiros, de ser desterritorializada por meio de mandado de reintegração de posse cumprido sob forte aparato repressivo policial.

## **Considerações Finais**

De acordo com Lefèbvre (1999), a conquista do direito à cidade por meio da mudança da vida urbana somente é possível através da mobilização social e das lutas políticas e sociais que não podem estar pautadas simplesmente nos desejos e direitos individuais, e, nas palavras de Harvey (HARVEY, 2013, p. 32), “demanda esforço coletivo e a formação de direitos políticos coletivos ao redor de solidariedades sociais”.

Nesse sentido, o direito à cidade, para nós, não se configura somente como um

direito condicional a algo que já existe, mas no desafio e no direito autônomo de fazer a cidade diferente, de produzi-la de acordo com as nossas necessidades coletivas por meio da perspectiva de que o mundo e as cidades podem, tal como uma obra de arte, ser reimaginados e refeitos. Nessa perspectiva o direito à cidade se configura, para nós, como a expectativa, o plano, a utopia cotidiana do desejo revolucionário de imaginar e transformar o mundo em um território que acolha a todos os desejos sem inibir a nenhum deles.

Compreender as formas, a produção e a reprodução das lutas no e pelo o espaço urbano de segmentos da classe trabalhadora de modo concomitante aos processos de produção e reprodução do espaço urbano implica no cuidado de se fazer uma leitura da dinâmica da cidade onde esteja explícito os papéis dos principais agentes produtores do espaço urbano os quais, na cidade capitalista, majoritariamente estão a serviço da reprodução ampliada do capital, seja por meio dos seus mecanismos de extração da mais valia nos processos de produção, como nos processos de espoliação que se concretizam nos espaços de reprodução da força de trabalho (CARLOS, 2008).

Isso se realiza através dos altos preços dos aluguéis na medida em que avança a expansão urbana, e dos precários serviços de infraestruturas, cuja ausência se explicita nos bairros mais pobres e distantes das áreas centrais e deixa ainda mais vulnerável a classe que vive do trabalho e mora na periferia por ser economicamente pobre e fica mais empobrecida com os precários serviços de infraestruturas ou a ausência total de infraestrutura (SANTOS, 2002).

Modalidade recente de espoliação é a financeirização do capitalismo que opera ganhos fabulosos sem reintroduzir investimentos na produção e apenas organiza os lucros no mercado financeiro, quase sempre em títulos duvidosos, capazes de produzir e reproduzir o que Viviane Forrester chamou de “O Horror Econômico” em proporções muito mais dramáticas no que tange à profundidade e escala do desastre que há duas décadas experimentamos no Brasil com o primeiro ajuste neoliberal cuja cartilha foi ditada pelo Consenso de Washington.

A financeirização acentua a espoliação em caráter global na medida em que, ao contrário das fases anteriores de acumulação capitalista, opera por exclusão, porque a concentração da riqueza privada se dá por meio dos “cassinos” financeiros e do desenvolvimento tecnológico e dispensam o trabalho e o consumo de massas, ao contrário das fases anteriores da acumulação capitalista quando o trabalho e o consumo de massas eram essenciais no processo de produção. Mas também influi em outros setores chaves da reprodução da classe trabalhadora, como financiamentos de saúde e educação privadas, e fundamentalmente, no de imóveis, setor/causa e origem dos capitais fictícios que deram forma a crise atual do capitalismo contemporâneo que espoliou milhões de trabalhadores em todo o mundo (HARVEY, 2011).

Nesse sentido, Forrester nos provoca a refletir acerca da hipótese da barbárie ou de uma revolução que nos leve a uma forma de organização social que valorize a vida, a felicidade e os desejos das pessoas, quando demonstra que pela primeira vez, a massa humana não é mais necessária materialmente, e menos ainda economicamente, para o pequeno número que detém os poderes.

É neste contexto que novas experiências de organizações de lutas por direitos sociais e representações políticas nas estruturas do Estado em escalas locais têm surgido e atualmente resistido o avanço conservador que paira sobre a sociedade brasileira. Trata-se de novas estratégias para velhas pautas que se realizadas nos aproximam da utopia do direito à cidade e os movimentos sociais que compõem a Rede de Movimentos Sociais Nós da Sul são sujeitos desse processo.

### **Bibliografia**

ALENCASTRO, L. F. Um estadista do império. In: MOTA, L. D. (Org.). **Introdução ao Brasil**. Um banquete no trópico. 1;– 3ª edição. São Paulo: Editora SENAC, 2001, p. 115-131.

CARLOS, A. F. A. **A (Re)Produção do espaço Urbano**. 1. Ed. 1. Reimpressão. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008, 270p.

CASTRO, C. A. **Movimento socioespacial de cursinhos alternativos e populares: a luta pelo acesso à universidade no contexto do direito à cidade**. (2011). Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências da UNICAMP, Campinas.

FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera**, Presidente Prudente, n. 6 – Janeiro/Junho de 2005.

\_\_\_\_\_. Movimento social como categoria geográfica. **Terra Livre**, São Paulo: n. 15, 2000, p. 59-85.

FORRESTER, V. **O horror econômico**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997, 154p.

HARVEY, D. **O enigma da capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011, 235p.

LEFÈBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999, 178p.

\_\_\_\_\_. **O direito à cidade**. São Paulo: Editora Centauro, 2001, 145p.

MARICATO, E; et al. **Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013, 112p.

SADER, E. **Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80**. - São Paulo: Paz e Terra, 1988, 327p.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002,169p.

SEARLE, John R. **Intencionalidade**. 2ª. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

SOBREIRO FILHO, J. **Os movimentos nas redes e em redes**: das manifestações internacionais ao movimento Prudente. 2013. Monografia (Bacharelado em Geografia). Universidade Estadual Paulista (Unesp), Presidente Prudente.

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa**: a árvore da liberdade: Rio de Janeiro, 1987, 204p.

---

### **Sobre os autores**

---

**Cloves Alexandre de Castro** – Graduação e Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp); Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); Pós-doutorado em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP); Docente do Instituto Federal Catarinense, campus de Blumenau. **OrcID** – <http://orcid.org/0000-0001-5383-6563>

---

### **Como citar este artigo**

---

CASTRO, Cloves Alexandre. Geografias das lutas por direitos no distrito do Grajaú-SP: o caso do movimento social “Nós da Sul”. **Revista NERA**, v. 22, n. 49, p. 15-30, 2019.

---

Recebido para publicação em 19 de setembro de 2018.  
Aceito para a publicação em 14 de novembro de 2018